
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

TUDO O QUE É REAL DISSOLVE-SE NA CHUVA

Dr.^a Rosana Cristina Zanelatto Santos
(UFMS/CNPq)

RESUMO: A partir de considerações sobre o modelo narrativo utilizado pelo escritor neo-realista português Carlos de Oliveira no romance *Uma abelha na chuva*, pretendemos demonstrar que a privação e a frustração não são exclusividade do operariado ou do campesinato, mas que há uma espécie de teia a enredar as personagens, tornando-as todas miseráveis e oprimidas. Isso se deve ao fato de Carlos de Oliveira enxergar e escrever as personagens como indivíduos construídos discursiva e literariamente, não reduzidas a uma estereotípia e a padrões de comportamento e sofrimentos prenunciados pelo viés economicista do pensamento marxiano.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Portuguesa; Neo-Realismo; Crítica Literária; Crítica Cultural.

A polêmica suscitada entre presencistas e neo-realistas prenunciava, na década de 1930, o fim do Modernismo da geração do Orpheu e mesmo da *Presença*, o que já era percebido por alguns dissidentes presencistas. Em ambas as tendências – a presencista e a neo-realista – havia extremistas que, apesar das evidências, não abandonaram suas posições, nem pouparam críticas e ataques aos “adversários”. O conflito entre os dois grupos não era representativo apenas do ocaso de um movimento artístico e da ascensão de outro, mas também do confronto entre duas concepções ideológicas de mundo: enquanto a linha de pensamento da *Revista Presença* mal conseguia ultrapassar a ideologia humanitária da Geração de 1870, o ideário neo-realista via a obra de arte como fruto de uma consciência política e meio de conscientização social, voltando-se, como o fez Karl Marx em seus escritos da maturidade, para a economia e a crítica ao capitalismo.

Podemos explicar essa atração dos neo-realistas pela via economicista do pensamento marxiano, recorrendo, inicialmente, à crítica estabelecida por Miroslav Milovic à obra de Marx:

A economia é por conseguinte a nova forma de reificação na história, reificação esta que aparece como uma reificação social, surgida posteriormente à reificação epistemológica que, na modernidade, começou com Descartes. A grandeza de Marx é exatamente o diagnóstico dessa reificação. Este diagnóstico, que Marx vai apresentar em *O Capital*, não é por isso apenas uma teoria econômica, mas é a filosofia relativamente às condições de constituição da sociedade civil. Para revolucionar o mundo, temos de entender não só que a sociedade é constituída, mas, do mesmo modo, as condições de sua constituição. Contudo o que se encontra além da sociedade não se refere mais ao sujeito metafísico, mas ao sujeito histórico concreto, e é aqui que [...] que Marx fala acerca do proletariado. (2004: 31)

Nossa cisma com relação ao pensamento marxiano é se ele pode ser restringido à visada econômica. Sabemos que o sujeito constitui-se como ser social a partir de outras condições que não apenas a socioeconômica. Ingredientes culturais, biológicos e psíquicos são co-partícipes do processo constitutivo. A título de ilustração, o próprio Marx, no capítulo que dedica à mercadoria em seu *Capital*, defronta-se com um índice que chamará de “fetiche”, algo inerente ao processo de consumo e apropriação da mercadoria que, no entanto, não pode ser explicado somente pelo viés econômico. Vejamos outro exemplo, retirado do final do capítulo supracitado, em que Marx estabelece quatro pontos polêmicos aos quais tenta responder. Citamos o quarto ponto:

Quarto: A última contradição, e aparentemente a mais decisiva, quando não é, como de costume, apresentada sob a forma de exemplos extravagantes, é a seguinte: se o valor de troca não é outra coisa que tempo de trabalho contido em uma mercadoria, como então podem as mercadorias que não contêm trabalho possuir valor de troca, ou, em outras palavras, de onde vem o valor de troca de simples forças da natureza? Esse problema se resolve na teoria da renda da terra. (MARX 1999: 86)

O que Marx chama de trabalho é a ação do homem sobre a matéria-prima, num processo de transformação para a produção, o consumo e a apropriação da mercadoria. Mas, e aí está a questão estabelecida pelo quarto ponto, e quando a “mercadoria não contém trabalho”? Se trabalho é transformação, o uso da terra para fins que não sejam, por exemplo, somente o da produção de alimentos para o consumo humano, também é uso. Assim, *usar* a terra para a exploração do turismo – aqui pensando em uma função contemporânea do seu uso – é um ato transformador, capaz de gerar outras formas de *trabalho* e assim, de modo relacional e referindo-nos novamente ao texto de Marx: “A grosseria e a incompreensão consistem em não relacionar, senão fortuitamente, uns aos outros, em não enlaçar, senão como mera reflexão, elementos que se acham unidos organicamente” (1999: 29). Ao falar em relação e enlaçamento, Marx nos oferece sua percepção alargada da constituição do sujeito e do aspecto transformacional do trabalho.

Voltemos, pois, aos neo-realistas. Apesar da atração por uma leitura marxiana economicista do mundo, alguns escritores desviaram-se da rota ideológico-programática dos “primórdios” do Neo-Realismo. Vale destacar que entendemos o qualificativo ideológico-programático como aquele que: 1. ideologicamente, apesar de criticar o capitalismo, age

como ele, isto é, reifica a relação entre os homens, tomando-a como uma relação entre coisas, ignorando a ação transformacional que o homem exerce sobre essas coisas; 2. programaticamente rompe com “a prática do ser humano como a fonte quase ontológica das novas formas de vida, [afirmando] somente o que Marx chamava de *trabalho*, quer dizer, a ação dentro do sistema existente” (MILOVIC 2004: 34; grifo do autor).

Entre os escritores que rompem criticamente com a perspectiva supracitada, temos Carlos de Oliveira. Em seu romance de estréia, *Casa na duna* (1945), o escritor mostrava o drama da pequena indústria gandarense, absorvida e esmagada pela grande empresa, em geral, de capital estrangeiro, e também pelo cenário pós-Segunda Guerra Mundial. Começa a se desenvolver aí uma espécie de “teoria da mutabilidade das privações”, que varia conforme se alteram as estruturas sociais, político-econômicas e culturais, além das próprias necessidades individuais. Delineia-se a percepção de Oliveira sobre uma consciência histórica aliada à compreensão de que os escritores trabalham com palavras, “que podem ser uma arma de força terrível ou terrivelmente frágeis. Podem apoucar as verdades ou revelar-lhes os gumes mais finos e luminosos” (OLIVEIRA 2001: 65). Leiamos trecho do ensaio “Almanaque Literário,” em que o próprio escritor aponta esse encadeamento histórico-ficcional de modo crítico e irônico:

Não vai longe o tempo em que se mobilizou a consciência do mundo para a luta contra o fascismo. A guerra fez-se e acabou da única maneira concebível para a nossa dignidade. O que é, a vitória que prometia o crédito da cultura democratizada, marimbaram-se para ela os interesses materiais das classes dirigentes. Assim mesmo. As almas de boa vontade e de boa-fé debruçadas sobre os livros durante anos tremendos, amalhando o ‘verdadeiro capital’, devem ter pressentido o golpe e pensado: que ladrões. Foi sustida, é certo, a peste hitleriana (sentido literal, não literário) mas o espírito, os livros, esses papéis pintados com letras (Fernando Pessoa), valiam menos afinal do que se imaginava. Letras, tretas. Os problemas de base, a doença, a fome, a distribuição da riqueza, continuavam por solucionar. Promover socialmente os homens não era coisa que se fizesse ainda através da cultura ao alcance de todos. Pelo contrário. Repetiam-se outra vez as falcatruas da praxe. Desempenhado a contento o papel de catalisador (insubstituível) de energias para levar a batalha a bom termo, o espírito... Ora, o espírito. Tenha mas é juízo, volte à capoeira doirada. E voltou quase sem dar por isso, habituado (conformado) a estas vigarices. Pobre espírito. De modo que os livros, seus mensageiros mais constantes, passaram a ser olhados de soslaio pelo homem comum. Eles próprios se puseram a cacarejar com frequência, dando o dito por não dito, e isso ajudou também a depenar-lhes o crédito de galos de vitória... (OLIVEIRA 2001: 59-60)

Ao tomarmos as falas críticas de Carlos de Oliveira, passamos a ver suas personagens não somente como símbolos de uma classe social e das agruras por que andam, mas como sujeitos que se imiscuem entre projetos socioeconômicos, culturais e ambições pessoais. Como a Maria dos Prazeres de *Uma abelha na chuva*, romance publicado em 1953: ela é a representante da aristocracia decadente portuguesa, a jovem obrigada a contrair matrimônio com o pequeno

burguês de origem campônia e ignorante, no entanto, bem sucedido economicamente, a fim de não padecer, juntamente com sua família, na mais profunda miséria.

A ruína entrou na casa de Alva [a família de Maria dos Prazeres]: dinheiro, terras, móveis, levados pela voragem; lustres arrancados dos tectos (começou a seroar-se à luz de pobres lamparinas); velhas arcas de madeira olorosa e pesadas de belos linhos, reposteiros, cadeirinhas graciosas forradas a damasco, armários de talha, guarda-loiças de cristais finíssimos, camas torneadas, deu o sumiço em tudo [...] e quando ela [Maria dos Prazeres] fez dezoito anos, o pai fidalgo, que era Pessoa, Alva e Sancho, descendente de um coudel-mor, de um guerreiro das Linhas de Elvas e primo do Bispo missionário de Cochim, negociou o casamento da filha com os Silvestres do Montouro, lavradores e comerciantes: sangue por dinheiro. (OLIVEIRA 1996: 20-21)

Por outro lado, ela é a mulher que se lembra do que ia pela menina de dezoito anos a entrar não pela capela particular da decadente propriedade dos Alva, como queria seu pai, mas pela igreja no Montouro, o território dos Silvestres, como impôs o velho Silvestre:

Conseguia recordar ainda com uma agudez incrível a onda de sentimentos contraditórios que a arrastara vagarosamente ao altar, a amarga obediência aos pais e o desejo de os ajudar, a curiosidade e o medo, o medo e um pouco de esperança; avançava pelo braço do pai, toda de branco, entre um murmúrio de órgão e vozes sussurradas; sorria, mas por dentro de si ia nascendo um grito, um grito sempre reprimido; a chuva caía, caía com certeza, no passado e agora. (OLIVEIRA 1996: 23-24)

O modelo narrativo utilizado por Carlos de Oliveira em *Uma abelha na chuva* é o aglutinador das facetas do sujeito marcado histórica e socialmente às idiossincrasias individuais, pois integra as falas do narrador sobre a troca pecuniária estabelecida entre as famílias (o sangue dos Alva pelo dinheiro dos Silvestres) e as percepções/as suscetibilidades das personagens, reveladoras de sua orientação pessoal em meio à tragédia do mundo das coisas.

[Maria dos Prazeres] Ouviu as palavras ensonadas do marido e estremeceu, suspensa por um momento, a água da memória lá começou a correr.

Meu Deus, este homem viscoso agarrado às saias até quando? A lapa do rochedo, a lapa dúbia, o homem cobarde que nem coragem tem de ser ganancioso. Faz tudo para saciar a cobiça, o justo e o injusto, mas depois cobre-lhe a alma a lepra do remorso e corre à igreja, ao confessor, às penitências. (OLIVEIRA 1996: 25)

Erich Auerbach no ensaio “A meia marrom”, ao analisar fragmento do romance *To the lighthouse*, de Virginia Woolf, observa, na aparente desestruturação da ficção moderna, uma tentativa de expressar o processo contraditório que marca o universo psíquico do ser humano e o aprofundamento em suas questões mais íntimas, o que acaba, inclusive, por intervir no tempo e no espaço que circundam e por onde circulam as personagens. Segundo a acurada análise de Auerbach,

O que ocorre (...) no romance do farol foi tentado em toda parte nas obras deste gênero, claro que nem sempre com a mesma introspecção e mestria: enfatizar o acontecimento qualquer, não aproveitá-lo a serviço de um contexto planejado da ação, mas em si mesmo; e com isso, tornou-se visível algo de totalmente novo e elementar: precisamente, a plethora de realidade e a profundidade vital de qualquer instante ao qual nos entregarmos sem preconceito. Aquilo que nele ocorre trate-se de acontecimentos internos ou externos, embora se refira muito pessoalmente aos homens que nele [no romance] vivem, concernem também, e justamente por isso, ao elementar e comum a todos os homens em geral. (1976: 497)

As percepções das personagens em *Uma abelha na chuva*, tal e qual aquelas tratadas por Auerbach em “A meia marrom”, revelam-nos suas dúvidas, suas angústias e seus desejos, marcando a reflexão acerca de suas vivência e de seus conflitos, geralmente refugiando-as num passado mais prazeroso e compensador que o presente brutalizante. A partir disso, podemos considerar, novamente compartilhando de observações do crítico alemão,

até que ponto, por baixo das lutas, já agora as diferenças entre as formas de viver e de pensar dos homens diminuiram. Os estratos populacionais e as suas diferentes formas de vida tornaram-se inextricavelmente mesclados (...) Por baixo das lutas e também através delas, realiza-se um processo de igualização econômica e cultural; ainda há um longo caminho a ser percorrido para se chegar a uma vida comum do homem sobre a terra, mas esta meta já começa a se tornar visível. E ela se torna mais visível e concreta já agora na representação desproporcional, exata, interna e externa, do instante vital qualquer dos diferentes homens. (AUERBACH 1976: 497-498)

Comparem-se, por exemplo, as referências do narrador às sensações, ainda agudas no momento do rememorar, de Maria dos Prazeres quando entra na igreja para seu casamento (citado neste ensaio) e as lembranças da infância vivida por Álvaro Silvestre (aliás, o nome da personagem, Silvestre, faz referência às suas origens familiares, situadas no campo). São marcas que, se por um lado, dimensionam o isolamento sob o qual vivem as personagens, em busca de refúgio no passado, por outro, aproximam-nas naquele “instante vital” do qual nos fala Auerbach. Eis o trecho que se refere a Álvaro Silvestre e suas memórias:

Sentou-se num desses marcos de pedra tosca que dividem as propriedades; tentava serenar, sair da sua confusão; e olhando aqueles sítios conhecidos agasalhou-se na memória das manhãs infantis passadas por ali: as galinhas mansas e ensonadas a desenterrar as minhocas da humidade do pátio; a voz pastosa de João Dias, o velho caseiro, a gritar ao gado; o cavalo novo, comprado em S. Caetano, empinava-se a meio do terreiro e relinchava atirando pelas narinas o fumo da respiração selvagem; as aves madrugavam nas ramagens da noqueira imensa; ele [Álvaro], empoleirado na alpendrada de madeira e zinco, dava conta do catarro do velho Silvestre. (OLIVEIRA 1996: 97)

Percebemos que o fluxo da consciência de Álvaro apenas é interrompido pelo narrador, que descreve seus passos, sem perder de vista seu desamparo: “Levantou-se e tomou o caminho de casa. Na lama onde ia afundando os passos fermentavam folhas caídas de outono, oiro conspurcado que os vermes devoravam. Sentiu um arrepio à idéia do seu corpo num desamparo, numa miséria daquelas.” (OLIVEIRA 1996: 100)

Em tempo: podemos nos questionar se as percepções de Maria dos Prazeres ou de Álvaro não caracterizariam a existência de um monólogo interior. Na medida em que a presença do narrador é (pres)entida a todo momento, regulando o fluxo do pensamento das personagens e não lhes cedendo por completo o direito ao ato da narração, nossa resposta é não. Senão, vejamos:

Nem rei nem papa. Era verdade, morriam todos afinal, o padre, o médico, as senhoras, e a idéia deu-lhe algum consolo, levados à tona do serão, falando outra vez do despacho contrário ao Dr. Neto, mal podiam supor o que se adivinhava por trás deles; a mulher, por exemplo, que ignorara há pouco o seu pedido: deixa lá, Maria, não preciso de ti, descobri-te o segredo, a fragilidade, ir com os outros, com a cal e o abandono dos outros, mas a alma?, porque há também a alma, será melhor a dela do que a minha?, e cerrou as pálpebras, apertou-as brutalmente. (OLIVEIRA 1996: 59)

Esse tipo de interação narrativa busca, enfim, a verossimilhança. Ao nos lembrar de que representar o verossímil significa (re) apresentar não o que de fato aconteceu, porém o que poderia acontecer e que essa possibilidade é gerada pela concatenação interna da narrativa, vemos que as personagens de *Uma abelha na chuva*, por meio da exposição de suas relações e de seus conflitos socioeconômicos, culturais, familiares e existenciais, aproximam-se, no nível ficcional, de algo que poderíamos rubricar como a realidade humana. Ainda no ensaio “Almanaque Literário”, Carlos de Oliveira observa:

O nosso ofício [o de escritor] consiste em escolher as palavras, utilizá-las no momento exacto, atenuá-las, engrandecê-las, dominá-las. E o que são as palavras? Língua, linguagem, povo, oralidade, escrita, herança literária. A reestruturação da técnica narrativa ou poética tem de conhecer até ao pormenor a matéria de que se serve. Ou então a literatura é uma batata (2001: 65).

Portanto, é nos procedimentos retóricos/estilísticos que encontramos o ponto de equilíbrio entre o afã da velocidade que se quer prosa-poema, (i) mediata visão da realidade empírica (aqui não falamos em inspiração ou denúncia, mas, por falta de rubrica mais adequada, em *insight*), e o trabalho “feito, desfeito, refeito, rarefeito” (OLIVEIRA 2001: 200). Um tênue equilíbrio como o humano em jogo em *Uma abelha na chuva*:

Pouco a pouco, ressuscitava nele o homem implacável que a intensa amargura dalguns dias arrancava ao desespero a que descia [...] Nesses acessos tornava-se rígido, cruel. Orelhas surdas a lágrimas ou rogos. Por exemplo, saltava às suas terras, ao pegar do trabalho, e camponês que não chegasse a horas já sabia, a jorna descontada ou despedido pura e simplesmente. A indiferença

dum capataz na roça. No geral, porém, semelhante crueza de carácter era sol de pouca dura. (OLIVEIRA 1996: 109-110)

A miséria e os desejos, de quaisquer espécies sejam eles, não são exclusividade do camponês gandarês, explorado pelo pequeno burguês campesino Álvaro Silvestre em seus rompanes de “crueza”. Ele próprio é um miserável, sufocado e oprimido pela superioridade aristocrática e mordaz da esposa, que se nega aos seus desejos e à sua necessidade de um carinho quase maternal, e pela própria consciência, submissa à beatice da Igreja, que lhe promete padecer sob o fogo do inferno caso não se penitencie. Maria dos Prazeres também é uma (des)graçada: perdida a fortuna, resta-lhe um marido obtuso e um criado que prefere se dar a uma camponesinha qualquer a possuir as benesses (e a própria) patroa (ainda que somente na imaginação de Maria dos Prazeres). O criado pagará com a vida por essa “ousadia”... Sobre as mulheres pequeno-burguesas de seus livros, Carlos de Oliveira escreveu:

Alguém me observou há tempos que as mulheres pequeno-burguesas dos meus livros são mais ou menos pecadoras mentais. Exacto. E sabe-se porquê. A moral sexual da província portuguesa (onde se passam esses livros) é um caldo rançoso com alguns feijões de pedra no fundo, os mitos que todos conhecemos [...] A mulher, aqui, nem sequer pode considerar-se o objecto erótico do marido. Talvez fugidamente nos primeiros meses, mas passa logo à condição mecânica de incubadora, se não for estéril [...] O erotismo é pois um jogo para homens, fora do santo país do matrimónio. [...] A mulher casada ou aceita o código em vigor, transformando-se no útero indiferente, transferindo os prazeres da cama para os filhos, os doces, a má-língua, o croché, a caridade, um pouco de luxo se possível (vestidos, anéis, pulseiras), a mansa escravatura do lar (é assim que se diz, suponho), *ou cai no erotismo imaginado, sem parceiro, a pior solidão*. Há uma terceira hipótese, claro: pisar o risco (2001: 71. Grifo nosso).

Maria dos Prazeres cai na solidão do imaginado, do desejo que corrói suas entranhas e a torna, aos olhos, por exemplo, de João Medeiros do Jornal *A Comarca* uma figura, a um só tempo, desejável e de “gelar a alma”:

Malares salientes, os cabelos negros, aconchegados num novelo espesso e entrançados sobre a nuca; a boca de lábios túmidos; os olhos grandes, vivos, quase ansiosos; caído pelos ombros, o xaile de lã clara, cinza-pérola, punha no conjunto uma nota de intimidade inesperada. Todavia qualquer coisa naquela mulher esplêndida gelava o jornalista: o franzir irónico da boca, a avides do olhar, o tom escarninho da voz gelada?; não sabia ao certo e avaliava-a com prudência: uma mulher de mão cheia, sim senhor, mas dura de roer (OLIVEIRA 1996: 15-16)

A perspectiva assumida por Carlos de Oliveira diante da construção do texto literário acaba desviando-se da atitude narrativa de uma primeira leva de escritores neo-realistas, que alicerçaram suas produções sobre uma visão aparentemente objetiva dos fatos narrados, preocupados com denúncias sociais baseadas na perspectiva economicista da teoria marxiana.

Abandonaram ou descuidaram do ponto de vista das personagens, afinal, quem tem o que dizer sobre si mesmas e sobre o mundo.

Uma abelha na chuva não é o retrato redutor de sujeitos marcados somente pelas exterioridades, mas, sobretudo, por seus anseios como indivíduos na sua vontade de serem humanos. A reflexão de Carlos de Oliveira é, ao mesmo tempo, histórica e filosófica, englobando todos os níveis de desejos relacionados ao homem como habitante de um mundo em relação e em transformação. Segundo Jorge de Sena, “Hoje o equívoco literário do Neo-Realismo está morto, até pela evolução da maior parte dos que nele intervieram [...] quer porque um Carlos de Oliveira [...] passou a produzir pessoalmente, numa linguagem que perpassa uma consciência autêntica da problemática profissional do escritor, uma experiência humana da sociedade imobilizada que é a nossa” (1955: 24).

Se há mais de meio século o equívoco estava morto, por que não pensar mais poeticamente a literatura, num princípio para além das efemeridades – sempre generalizantes e questionáveis – socioeconômicas e culturais, como o disse o próprio Carlos de Oliveira sobre a poesia de Afonso Duarte:

A arte poética concebida como a teia mais ténue e intocável, para envolver tudo no olor, na cor, no amor, na dor, que voam de cada verso ao encontro da mesma teia fora do poeta, nas coisas, nas criaturas. E, reciprocamente, delas para os versos. Talvez a expressão da substância magnética, espiritual (como quiserem), que o panteísmo adivinhava numa espécie de Pólen-Deus, soltando-se na Flor-Universo, captado pela Abelha-Poeta. (2001: 187)

OBRAS CITADAS

- AUERBACH, Erich. 1976. “A meia marrom.” *Mimesis. A representação da realidade na literatura universal*. São Paulo: Perspectiva. 471-498.
- MARX, Karl. 1999. *Do Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- MILOVIC, Miroslav. 2004. *Comunidade da diferença*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- OLIVEIRA, Carlos de. 2001. “Almanaque Literário.” *O aprendiz de feiticeiro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. 5.55-79.
- _____. 2001. “Micropaisagem.” *O aprendiz de feiticeiro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. 5.199-203.
- _____. 2001. “O Iceberg.” *O aprendiz de feiticeiro*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. 5.179-194.
- _____. 1996. *Uma abelha na chuva*. 25. ed. Lisboa: Sá da Costa.
- SENA, Jorge de. fev. 1955. “Tentativa de um panorama coordenado da literatura portuguesa de 1901 a 1950.” *Revista Tetracórnio*, Lisboa.

ALL THAT IS REAL DISSOLVES INTO RAIN

ABSTRACT: Grounded on considerations about the narrative model used by Portuguese neo-realist writer Carlos de Oliveira in the novel *Uma abelha na chuva*, this paper intends to demonstrate that deprivation and frustration aren't working class' or rural class' exclusiveness, but that there's a web embarrassing characters, all of them miserable and oppressed people. That's because Carlos de Oliveira sees and writes characters as discursively and literarily constructed individuals, repudiating the stereotypy, the standard behaviors and the sufferance predicted by Marxist economicist idea.

KEYWORDS: Portuguese Literature; Neo-Realism; Literary Criticism; Cultural Criticism.